



Khadafi Eleito Líder da União Africana

A União Africana (UA) realizou em Addis Abeba, entre os dias 26 de Janeiro e 3 de Fevereiro, a sua XII Cimeira, a qual se centrou na temática do desenvolvimento das infra-estruturas, com especial incidência nos sectores da energia e dos transportes. Porém, para além deste tema central, outros assuntos mereceram especial atenção dos líderes africanos, destacando-se, desde logo, a questão do Governo Continental, assunto recorrente nas últimas Cimeiras da UA. [Pag 2/4](#)

Luanda e Bissau Reforçam Laços

Pouco tempo depois de assumir o cargo de Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, deslocou-se a Luanda. Esta primeira visita oficial teve um duplo objectivo por parte das autoridades guineenses. Por um lado, pretendeu agradecer o apoio angolano ao processo eleitoral guineense e, por outro, aproveitar o bom momento no relacionamento político para promover o aprofundamento das relações económicas entre os dois países. [Pag 4/5](#)

Aumento do Investimento Externo em Cabo Verde

O volume de projectos empresariais aprovados pela Cabo Verde Investimentos (CI) em 2008 aumentou 46% em relação a 2007. A CI aprovou, em 2008, 19 projectos de investimento externo, a maioria na área do turismo, enquanto, no ano anterior, foram 13 os empreendimentos que receberam luz verde. Em termos financeiros, o volume de Investimento Directo Externo (IDE) aprovado passou de 1.1 mil milhões de euros em 2007 para 2.6 mil milhões de euros em 2008. [Pag 5/6](#)

Eleições Gerais na África do Sul

A cisão que se registou no African National Congress (ANC), provocada pelo conflito entre Thabo Mbeki e Jacob Zuma, e que conduziu à criação de um novo partido o Congress of The People (COPE), introduziram um elemento de incerteza em relação às eleições gerais marcadas para 22 de Abril. [Pag 6/7](#)

Alargamento da Rede Universitária Pública em Angola

O Conselho de Ministros angolano aprovou a criação de mais seis universidades públicas e a reestruturação da Universidade Agostinho Neto. Estas alterações inserem-se na política do governo de reorganização do ensino superior público. [Pag 7/8](#)

A Lenta Recuperação do Zimbabwe

Após vários meses de indefinição e instabilidade, o líder da oposição zimbabweana, e vencedor das eleições de Junho, Morgan Tsvangirai tomou posse como Primeiro-ministro do país. Apesar do seu partido, o Movement for a Democratic Change (MDC) ter ganho as eleições legislativas de Junho de 2008, Mugabe não aceitou os resultados. Após longas negociações, Tsvangirai e Mugabe assinaram um acordo, em Setembro, destinado a formar um governo de coligação. [Pag 8/9](#)

Nasce a "Marca Moçambique"

Com vista a aumentar as receitas provenientes do turismo, o Governo Moçambicano lançou uma forte campanha destinada a promover Moçambique como destino turístico de eleição. O objectivo é alcançar os 4 milhões de turistas em 2020. Este objectivo meta foi reiterado por ocasião do lançamento, em Fevereiro, da 'Marca Moçambique', destinada à promoção dos recursos e oportunidades turísticas e de investimento do país. A campanha de promoção turística terá como alvos preferenciais os mercados sul-africano, alemão, português, britânico e português. [Pag 9/11](#)

Morte de Nino Viera

Em atentados separados, mas interligados, foram mortos, no dia 1 de Março, o Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo "Nino Viera", e o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas guineenses, o General Batista Tagmé Na Waié. Estas mortes foram o culminar de uma rivalidade entre ambos que durava já há muitos anos. [Pag 11/12](#)

Khadafi Eleito Líder da União Africana

■ Luís Castelo Branco

A União Africana (UA) realizou em Addis Abeba, entre os dias 26 de Janeiro e 3 de Fevereiro, a sua XII Cimeira, a qual se centrou na temática do desenvolvimento das infra-estruturas, com especial incidência nos sectores da energia e dos transportes. Porém, para além deste tema central, outros assuntos mereceram especial atenção dos líderes africanos, destacando-se, desde logo, a questão do Governo Continental, assunto recorrente nas últimas Cimeiras da UA.

A questão à volta da criação de um Governo Continental tem tradicionalmente dividido os países africanos em dois grupos. Um primeiro grupo, liderado pela Líbia de Khadafi, é favorável a uma rápida criação deste Governo, à formação de um exército e moeda únicos. Um outro grupo, onde pontificam países como a África do Sul, Angola e a Nigéria, é favorável a uma evolução mais lenta e gradual. A provável perda de soberania dos países africanos que venham a aderir às ideias de Khadafi, aliada às diversas incógnitas que rodeiam este projecto, faz com que existam muitas resistências às ideias do líder líbio. As afirmações de Khadafi de que a sede do Governo Continental poderia ficar em Trípoli, aumentou ainda mais o grau de desconfiança dos líderes mais renitentes.

A XII Cimeira iniciou os seus trabalhos influenciada pelo optimismo líbio que esperava que a sua posição saísse claramente vencedora. A razão para este optimismo residia no facto do Presidente sul-africano Thabo Mbeki, ter abandonado o lugar. Mbeki era dos grandes defensores da aproximação gradual à criação do Governo Continental. Sem Mbeki presente, e com o novo Presidente Sul-africano, Kgalema Motlanthe, mais preocupado com a situação interna do seu país, Khadafi esperava ter menos um opositor de peso.

Para Khadafi, a grave crise internacional que atinge todo o mundo, é vista como uma oportunidade para mobilizar os líderes africanos e permitir que estes flexibilizem a sua posição, favorecendo a posição líbia em relação ao Governo continental. A capacidade financeira líbia é uma mais valia capaz de convencer vários líderes africanos a aceitarem a visão de Khadafi.

Relativamente ao modo como o Governo Continental poderá a vir ser implementado, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos analisaram um relatório elaborado pela Comissão da União Africana. A ideia base é a de acelerar o processo, antecipando, de 2015 para 2017, a proclamação dos Estados Unidos de África. No seu relatório, a Comissão da União Africana apresenta três cenários

possíveis:

- 1 Num primeiro cenário, a Comissão propõe que a sua estrutura se transforme no Governo Africano, com os nove Comissários a assumirem o cargo de Ministros nas seguintes áreas: Saúde, Educação, Ambiente, Infra-estruturas, Paz e Segurança, Comércio. Este governo africano deverá ser liderado por um Presidente e um Vice-Presidente,
- 2 Num segundo cenário, aos nove Comissários hoje existentes, juntar-se-iam mais sete, os quais em conjunto passariam a ser o novo Governo Africano. Também aqui o novo governo seria encabeçado por um Presidente e um Vice-Presidente.
- 3 O último cenário propõe a criação de um governo continental com 53 ministros, um por cada país. Esta solução, embora seja a mais justa, acaba por ser impraticável, quer pela impossibilidade de coordenar esta mega estrutura, quer também pelos custos envolvidos.


Seja qual for a hipótese que venha a ser adoptada, existe a questão central do financiamento do novo governo central, a qual é essencial e transversal aos três cenários.

Durante a XII Cimeira, o líder líbio, Muammar Khadafi foi eleito Presidente da UA para um mandato de um ano, em substituição do Presidente tanzaniano, Jakaya Kikwete, que terminou o seu mandato. A Presidência da UA é rotativa entre os vários blocos regionais africanos, cabendo agora ao Norte de África indicar o Presidente.

Apesar do forte envolvimento que a Líbia tem demonstrado nos últimos anos nos assuntos da UA, nomeadamente na questão do Governo Continental, a escolha de Khadafi provocou um certo mal estar entre alguns países africanos, devido ao registo pouco democrático da Líbia.

Dotado de uma personalidade muito própria, Khadafi tem-se vindo a destacar não só pelas suas opiniões políticas, como também pelas suas excentricidades. Desta vez fez-se anunciar como Rei dos Reis, exigindo um lugar na Cimeira de acordo com esta condição. Este título foi-lhe atribuído, em Agosto de 2008, num encontro que congregou mais de 200 reis e líderes tradicionais africanos.

No final da Cimeira, Khadafi acabou por não conseguir obter grandes apoios para as suas teses. Apesar de terem sido adoptadas algumas medidas, como a transformação da Comissão da União Africana em Autoridade da União Africana, com os actuais Comissários da UA a



passarem a ser designados por Secretários do Governo da UA, a verdade é que, de concreto, pouco se avançou. O próprio Khadafi deixou transparecer este impasse já que esta Autoridade da União Africana não é, de facto, o Governo Continental, uma vez que não tem qualquer missão ou definição concreta, o que se traduz uma rejeição dos líderes africanos ao projecto de Khadafi.

Mais uma vez, o bloco de países da África Austral, reunidos à volta da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), foi o principal opositor de Khadafi. Segundo Tomás Salomão, Secretário-Executivo da SADC, os membros desta Organização não estão contra o processo de criação de um Governo Continental, só que preferem lá chegar através de um processo gradual apoiado nos interesses soberanos dos Estados e nas Comunidades Económicas Regionais. Esta posição da SADC foi apoiada por importantes países africanos como a Nigéria, Quênia e Uganda.

Khadafi ainda provocou uma grande polémica devido ao seu discurso final, no qual referiu que a democracia multipartidária leva ao derramamento de sangue. Segundo Khadafi, África é essencialmente tribal e a vida política e partidária acaba por reflectir essa realidade. Assim sendo, Khadafi defendeu que o melhor sistema político para África é o existente na Líbia, onde não são permitidos partidos da oposição.

Para além da questão do Governo Continental, a Cimeira da UA também se concentrou nos diversos problemas políticos e militares que afectavam alguns países africanos.

À partida, a UA rejeitou a presença de representantes da Mauritânia e da Guiné-Conacry, países cujas lideranças ascenderam recentemente ao poder através de Golpes de Estado.

Na Mauritânia, o Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi, que havia sido o primeiro Presidente democraticamente eleito na história do país, foi deposto por um Golpe de Estado liderado pelo Chefe da Guarda Presidencial e pelo Chefe de Estado-Maior, ambos tinham sido demitidos pelo Presidente poucos dias. Apesar do novo líder do país, o General Mohamed Ould Abdelazizi, ter prometido eleições para breve, a UA não aceitou a sua presença na Cimeira de Addis Abeba.

Na Guiné-Conacry o Presidente Lansana Conté, que governou o país desde 1984, faleceu a 22 de Dezembro de 2008. Logo após o anúncio

oficial do seu falecimento, os militares, liderados pelo Capitão Moussa Dadis Camará, assumiram o controlo do país apesar das críticas internacionais. Após ter prometido novas eleições para 2010, os novos líderes guineenses viram-se obrigados a recuar e a garantir a realização de eleições ainda em 2009. Apesar do criticismo internacional, nomeadamente da UA, a Guiné Conacry pôde continuar, desde logo, com o apoio da França que garantiu a continuação do apoio financeiro ao país.

Uma outra questão que foi debatida na Cimeira da Addis Abeba foi a crise institucional em Madagáscar. A crise que o país vivia derivava do braço de ferro entre o Presidente Marc Ravalomanna e o Presidente da Câmara Municipal da capital do país, Antananarivo, Andry Rajoelina. Apesar dos sucessos alcançados na reforma económica do país, o Presidente Ravalomanna foi acusado de práticas demasiadamente autoritárias contra a oposição. O fecho de uma rádio na capital, conotada com a oposição, levou ao início de uma série de protestos em Antananarivo, os quais foram duramente reprimidos pela policia e que provocaram vários mortos.

A situação no Zimbabwe voltou a ser debatida nas Cimeiras da UA, nomeadamente por causa do debate sobre se as sanções impostas ao país deveriam ou não ser levantadas. Muitos países africanos concordaram com o pedido de levantamento, justificando-se com o entendimento alcançado entre o Presidente Robert Mugabe e o líder da oposição Morgan Tsvangirai. Porém, o impasse na criação do governo de unidade nacional e a continuação da violência das autoridades contra membros da oposição, foi o argumento utilizado pelos os defensores da continuação das sanções.

Uma outra questão que foi abordada teve a ver com a situação do Presidente sudanês, Omar al-Bashir. Devido ao conflito no Darfur, al-Bashir foi acusado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de crimes de guerra. Para os países africanos aliados do Sudão, este assunto deveria ser debatido a nível continental, justificando tal posição pelo facto de uma eventual detenção de al-Bashir poder agravar a situação no Sudão.

Para o Procurador do TPI responsável por este caso, Luís Moreno Ocampo, al-Bashir é o principal responsável pelo genocídio que se verifica no Darfur, razão pela qual emitiu um mandato internacional para a sua captura.

Luanda e Bissau Reforçam Laços

Al-Bashir foi um dos líderes da Junta Militar que protagonizou o Golpe de Estado que, em 1989, derrubou o governo de Sadeq al Mahdi. Em 1993, al-Bashir ascendeu à Presidência do país, passando a governá-lo com mão de ferro. Face aos conflitos que o Sudão sempre enfrentou, os quais chegaram a pôr em causa a sua integridade territorial, al-Bashir reagiu com um misto de negociação, como foi o caso dos rebeldes do Sul, e de força, contra os rebeldes do Darfur.

Apoiado em fortes reservas petrolíferas e contando com fortes apoios internacionais, nomeadamente da China, al-Bashir assumiu uma posição de arrogância e de desafio contra as posições do TPI. Exemplo desse comportamento foi a ameaça feita à segurança dos estrangeiros, nomeadamente ocidentais, que vivem no Sudão.

UA criticou o uso abusivo pelos Tribunais europeus do princípio da competência universal, a qual a leva a prender cidadãos africanos, violando dessa maneira, as normas consagradas no Direito Internacional Público. Ao discursar na abertura da Cimeira da União Africana, o Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, disse que a sua instituição endereçou uma comunicação, em Setembro de 2008, à Assembleia Geral das Nações Unidas e à Comissão do Direito Internacional, com vista a pôr cobro a continuação destes abusos as leis internacionais por órgãos judiciais europeus.

Se em algumas áreas do Continente continuam a verificar-se problemas de instabilidade política e militares, noutras surgiram sinais de esperança como foi o caso da Somália. Nos últimos meses, a região da Somália foi notícia pelos frequentes ataques de piratas a navios que passam na costa somali. Esta situação derivava, em grande medida, da anarquia que reinava neste país da África Oriental. Perante isto, a cerimónia de tomada de posse de Sheikh Sharif Ahmed renovou as esperanças de um governo efectivo e de novos passos para o fim de cerca de 20 anos de guerra civil na Somália e o surgimento de uma autoridade efectiva no país. A sessão parlamentar para a eleição do novo presidente decorreu no vizinho Djibouti pelo facto da Somália ser ainda considerado terreno instável.

O Sheikh Ahmed é tido como um líder islamita moderado e disse que irá formar um governo representativo dos somalis. O novo presidente assumiu um papel-chave na Somália. Ele foi o presidente da União dos Tribunais Islâmicos (UTI) que durante em curto período de tempo assumiu o controlo de vastas parcelas de território na Somália. Foi precisamente a UTI que conseguiu controlar os actos de pirataria no país.

Pouco tempo depois de assumir o cargo de Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, deslocou-se a Luanda. Esta primeira visita oficial teve um duplo objectivo por parte das autoridades guineenses. Por um lado, pretendeu agradecer o apoio angolano ao processo eleitoral guineense e, por outro, aproveitar o bom momento no relacionamento político para promover o aprofundamento das relações económicas entre os dois países.

O grande objectivo de Carlos Gomes Júnior era obter em Luanda um apoio que permitisse ao seu governo obter os meios necessários a garantir a paz social e conseguir começar a governar com alguma estabilidade. Nesse sentido, os responsáveis guineenses pretenderam obter de Luanda uma linha de crédito no valor de 30 MUSD, para enfrentar o problema dos salários em atraso na função pública.

O modo caloroso como Carlos Gomes Júnior foi recebido em Luanda, reflecte bem o agrado das autoridades guineenses com a vitória eleitoral do PAIGC, partido com quem o MPLA sempre teve, desde a época da luta pela independência, boas relações. Os períodos em que a Guiné foi governada por Koumba Ialá e pelo seu partido, o PRS, provocaram um claro afastamento.

Com os seus aliados naturais de regresso ao poder, Luanda pretende estender para Bissau o seu crescente poder, financeiro e político. Esta pretensão é bem acolhida pelo governo de Bissau desejoso de cativar investimento estrangeiro de modo a ultrapassar a quase endémica crise económica e política. Os angolanos são já responsáveis por um importante investimento: o Projecto de Desenvolvimento da Bauxite na zona de Boé. Este projecto, que estará em pleno funcionamento em finais de 2010, implica um investimento de 321 milhões de USD.

Apesar de uma situação interna complicada, o novo executivo de Bissau conta com uma boa vontade por parte da Comunidade Internacional, apostada em contribuir para a estabilização do país. Neste sentido, várias têm sido os doadores internacionais, bilaterais e multilaterais, que manifestaram a sua disponibilidade em ajudar a Guiné-Bissau. Do ponto de vista multilateral destacam-se o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O BAD concedeu um apoio de 6.6 MUSD para a modernização do sector da saúde guineense. Este apoio possibilitará avançar com os trabalhos de ampliação, reabilitação e modernização do Hospital Simão Mendes



Aumento do Investimento Externo em Cabo Verde

em Bissau. Uma outra vertente do apoio do BAD, visa apoiar a criação de um Centro de Referência na formação de profissionais de saúde no país.

No caso da CPLP, sob a Presidência portuguesa, apresentou um programa de apoio ao relançamento da Guiné-Bissau no quadro de uma nova fase política iniciada com a tomada de posse do governo de Carlos Gomes Júnior. Com este objectivo em mente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luis Amado, deslocou-se a Bissau, juntamente com o Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, num claro sinal de apoio político às autoridades guineenses.

A aproximação a Luanda é um reconhecimento, por parte de Bissau, da crescente importância que este país está a assumir, quer no continente africano, quer no mundo lusófono. No final da visita, Luanda prometeu estudar a possibilidade da abertura da linha de crédito solicitada pelo Primeiro-Ministro guineense. Por outro lado, e com vista a apoiar as Guiné-Bissau a ultrapassar as dificuldades socioeconómicas, Luanda aceitou reescalonar a dívida deste país, estimada em 43 MUSD.

Esta intenção guineense é idêntica à iniciativa das autoridades são-tomenses logo após a ascensão de Rafael Branco ao cargo de Primeiro-Ministro. Também aqui foi importante o regresso ao poder do partido histórico de São Tomé e Príncipe, o MLSTP, o qual, tal como o PAIGC, sempre teve boas relações com o MPLA. Quando São Tomé foi governado pelo partido do Presidente Fradique de Menezes, o MDFM, o relacionamento com Angola conheceu algum distanciamento, o qual foi agravado pela decisão das autoridades são-tomenses de se aproximarem da Nigéria para a exploração dos seus recursos petrolíferos, marginalizando a SONANGOL.

A aproximação de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau a Angola marca uma fase importante dentro da Lusofonia. Embora não marginalizem a antiga potência colonial, a verdade é que reconhecem a crescente importância que Angola vem assumido, esperando que esta os possa ajudar a ultrapassar as suas fragilidades económicas.

Esta realidade reforça a ideia de que Angola, juntamente com o Brasil, tem-se vindo a assumir como um actor determinante para o futuro da lusofonia, e da CPLP. Não aceitar esta realidade é contrariar os ventos de mudança e só complicará a afirmação dos interesses da lusofonia no mundo.

O volume de projectos empresariais aprovados pela Cabo Verde Investimentos (CI) em 2008 aumentou 46% em relação a 2007. A CI aprovou, em 2008, 19 projectos de investimento externo, a maioria na área do turismo, enquanto, no ano anterior, foram 13 os empreendimentos que receberam luz verde.

Em termos financeiros, o volume de Investimento Directo Externo (IDE) aprovado quase duplicou, passando de 1.1 mil milhões de euros em 2007 para 2.6 mil milhões de euros em 2008.

Essa diversificação é maior no que diz respeito à origem dos investimentos, registando-se, actualmente, um claro predomínio de capitais provenientes do Norte da Europa em detrimento dos países do sul, incluindo Portugal. Até 2006 a maior parte dos investidores externos eram oriundos de Portugal, Espanha e Itália, enquanto que nos últimos anos, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Suécia e Bélgica, assumiram maior protagonismo, sendo de destacar o facto de 47% dos investimentos aprovados em 2008 serem de proveniência irlandesa.

Em 2007, o investimento directo estrangeiro oriundo de Portugal foi de 27 milhões de euros, Espanha realizou investimentos no valor de 468 milhões de euros e a Inglaterra no valor de 314 milhões de euros. Em 2008, o investimento com origem em Portugal subiu para 256 milhões de euros, o de Espanha baixou para os 108 milhões de euros e o da Irlanda registou uma enorme subida, atingindo 1.9 mil milhões de euros.

A distribuição da localização geográfica dos empreendimentos aprovados indica que Santiago é a ilha que acolhe o grosso dos investimentos, 68%, aprovados em 2008. Esta circunstância inverte a tendência registada em 2007, em que o Sal, 42%, a Boavista, 38% e São Vicente, 18%, foram as mais privilegiadas pelos investidores externos.

Em 2008, a Cabo Verde Investimentos também inaugurou um novo modelo de disponibilização de terrenos para empreendimentos turísticos e imobiliários, com a introdução da modalidade de Concessão de Direito de Superfície. A CI passou, assim, a privilegiar a cedência de terrenos em regime de exploração por um período de 100 anos, mediante o pagamento de uma renda mensal, tendo o primeiro contrato sido assinado com o grupo Irlandês Arck Estrela, que antecipou 10 anos de prestações num valor superior a 1.4 milhões de euros. O ano de 2009 será, em consequência, o do arranque de vários dos

projectos aprovados em 2008, destacando-se os casos do Baía das Gatas Resort, o Salamansa Sands, o Fortim, e o Cesária Resort em S. Vicente. No Sal, está previsto o início das obras de construção de projectos como Porto de Murdeira, Calheta Bay e Murdeira Beach.

Para a ilha de Santiago, os grandes empreendimentos em carteira são referentes à construção de um hospital internacional, no âmbito do turismo de saúde, e de um centro internacional de conferências, enquadrada no sub-sector de turismo de negócios.

Na ilha da Boa vista, o grupo espanhol RIU, vai construir mais um hotel, o qual será o quarto desta cadeia hoteleira em Cabo Verde, depois dos dois que já detêm na Ilha do Sal e outro na Ilha da Boavista.

A grande aposta da CI é a agora a diversificação dos investimentos turísticos externos de modo a promover esta actividade em outras Ilhas do Arquipélago. Nesse sentido, o Governo Cabo-Verdiano pretende criar Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Fogo. As ZDTI são considerados instrumentos essenciais planificação turística.

Apesar da crise internacional, a situação financeira de Cabo Verde foi avaliada, pela primeira vez, pela agência de notação, Standard & Poors, que a considerou estável. A avaliação levou em linha de conta a estabilidade política que o país vive há muito tempo, e o bom desempenho ao nível do índice de Desenvolvimento Humano. Assim sendo, a Standard & Poors atribuiu a Cabo Verde uma cotação de B+, situação que favorece o país no acesso ao crédito internacional.

Apesar desta boa classificação, a avaliação chamou a tenção para o facto de Cabo Verde ser um país com um grande desequilíbrio externo e endividamento, os quais reflectem a natureza da economia do arquipélago, o qual depende, em cerca de 25% do turismo.



Eleições Gerais na África do Sul

A cisão que se registou no African National Congress (ANC), provocado pelo conflito entre Thabo Mbeki e Jacob Zuma, e que conduziu à criação de um novo partido o Congress of The People (COPE), introduziram um elemento de incerteza em relação às eleições gerais marcadas para 22 de Abril.

Sem esta cisão, a vitória por maioria absoluta do ANC, e a eleição de Jacob Zuma para a Presidência do país estavam mais do que garantidas. Porém esta cisão poderá permitir aos partidos da oposição, nomeadamente à Democratic Alliance (DA) de Helen Zille, obter algumas vitórias a nível provincial e, eventualmente, retirar a maioria absoluta ao ANC. Para além de continuar a governar a província do Western Cape, a DA esperar conseguir vencer noutras províncias como a Northern Province.

Por outro lado, com o aproximar da campanha eleitoral, a tradicional rivalidade entre o ANC e o Inkatha Freedom Party (IFP) na província do Kwazulu-Natal, reacendeu a violência nesta província sul-africana.

Apesar do enfraquecimento provocado pela criação do COPE e a consequente saída de muitos militantes, o ANC ainda espera alcançar a vitória nas eleições gerais. O Presidente do ANC Jacob Zuma tem que enfrentar um duplo desafio. Por um lado tem que lidar com as acusações de ter recebido subornos num processo de reequipamento das forças armadas sul-africanas e, por outro, tem que conseguir mobilizar o partido para os embates eleitorais.

Com vista a preparar o partido para as eleições, Zuma decidiu iniciar um processo de renovação das estruturas do ANC. Embora a renovação seja vista como um processo natural, depois de dez anos de Presidência de Thabo Mbeki, mais do que os métodos, esta renovação irá incidir sobre as pessoas.

Tendo em atenção a importância que a central sindical COSATU e que o partido comunista da África do Sul, o SACP, têm no seio do ANC, é natural que esta realidade se reflecta na distribuição dos cargos.

Algumas áreas foram alvo de complexas negociações entre as várias sensibilidades que apoiaram Zuma no Congresso do ANC de Polokwane.. O sector da saúde, que durante muito tempo foi alvo de grande controvérsia pelo facto de tanto o Presidente Mbeki como a sua Ministra da Saúde, Manto Tshabalala Msimana contestarem a origem do HIV-SIDA e a sua transmissão, deverá manter-se nas mãos da actual ministra

Alargamento da Rede Universitária Pública em Angola

Barbara Hogan, a qual conseguiu acalmar o sector.

A pasta das Finanças, há muito na mão do Ministro Trevor Manuel, é crítica tanto para a imagem externa do país, como para a estabilidade interna. Apesar de haver alguns sectores, próximos do SACP, que criticam o Ministro Trevor Manuel, a verdade é que ele é o grande responsável pela estabilidade financeira do país. Zuma gostaria que ele continuasse no posto, pelo menos até se encontrar um sucessor à altura e assegurar-se uma transição gradual.

A pasta dos Negócios Estrangeiros deverá ser atribuída ao Secretário-geral do SACP, Blade Nzimande. Um eventual concorrente poderá ser o empresário, e antigo político, Tokyo Sexwale, figura que, ciclicamente, é apontado para vários cargos de topo na estrutura governativa do país.

Um outro lugar que será muito disputado será o de Vice-Presidente. À partida o lugar deverá ser para o actual Presidente do país, Kgalema Motlanthe, pela sua fidelidade a Zuma. Porém, existem alguns concorrentes, nomeadamente a actual Vice-Presidente Baleka Mbete que conta com o apoio da poderosa ANC Women's League.

Mais complexo deverá ser o modo como serão acomodados os interesses da central sindical COSATU, a qual aspira a colocar vários dos seus membros no Parlamento sul-africanos e, simultaneamente, ter acesso a várias cargos nas áreas sociais no próximo governo do país.



O Conselho de Ministros angolano aprovou a criação de mais seis universidades públicas e a reestruturação da Universidade Agostinho Neto. Estas alterações inserem-se na política do governo de reorganização do ensino superior público. Assim sendo, foram criadas as seguintes Universidades:

- 1 A Universidade 11 de Novembro, com sede em Cabinda, que abrangerá igualmente a província do Zaire;
- 2 A Universidade José Eduardo dos Santos, com sede no Huambo, com extensões no Bié e no Moxico;
- 3 A Universidade Mandume, com sede na Huíla, cobrindo as províncias do Namibe, Cuando-Cubango e Cunene;
- 4 A Universidade Kimpa Vita, com sede no Uíje e extensão no Cuanza-Norte;
- 5 A Universidade Lwégi, com sede na Lunda-Norte, estendendo-se a Lunda-Sul e Malanje;
- 6 A Universidade Katiavala, com sede em Benguela, cobrindo igualmente o Cuanza-Sul.

Após a sua reestruturação, a Universidade Agostinho Neto vai manter a sua sede em Luanda, cobrindo também a província do Bengo, perfazendo assim as sete regiões académicas criadas pelo Governo. Estas alterações têm como objectivo a expansão ordenada e a sua adequação aos objectivos estratégicos de desenvolvimento económico, social, tecnológico e comunitário da sua área de inserção, de acordo com os programas do Governo.

O Governo Angolano aproveitou estas alterações para aprovar as normas gerais reguladoras do Subsistema de Ensino Superior, que não é aplicável às academias militares e para-militares, às instituições de ensino pertencentes às diferentes confissões religiosas e às escolas de formação de quadros dos partidos políticos.

Segundo o Secretário de Estado para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, após a criação legal destas novas instituições de ensino superior serão aprovados os instrumentos jurídicos mais específicos sobre os currículos, financiamento, corpo docente e discente, entre outros diplomas sucessíveis de melhorar a gestão e o funcionamento



das instituições do ensino superior nas regiões agora abrangidas. O objectivo estratégico do Governo Angolano é o da implantação, até 2012, de forma faseada, de um estabelecimento público de ensino superior em cada uma das 18 províncias do país.

Algumas das Universidades agora criadas poderão já entrar em funcionamento no próximo ano lectivo, faltando apenas que o Conselho de Ministros Angolano aprove as direcções e reitorias das respectivas instituições.



A Lenta Recuperação do Zimbabwe

Após vários meses de indefinição e instabilidade, o líder da oposição zimbabweana, e vencedor das eleições de Junho, Morgan Tsvangirai tomou posse como Primeiro-ministro do país. Apesar do seu partido, o Movement for a Democratic Change (MDC) ter ganho as eleições legislativas de Junho de 2008, Mugabe não aceitou os resultados. Após longas negociações, Tsvangirai e Mugabe assinaram um acordo, em Setembro, destinado a formar um governo de coligação. Desentendimentos relativos à partilha das pastas governamentais, nomeadamente as ligadas à segurança e defesa, travaram a entrada em funções do governo coligação.

O acordo de partilha previu que Morgan Tsvangirai assuma o cargo de Primeiro-Ministro e que Robert Mugabe se mantenha no cargo de Presidente.

Para o novo Primeiro-Ministro, as prioridades do seu governo passam pela recuperação da economia, esforço que necessitará necessariamente de apoio da Comunidade Internacional. Oficialmente a União Europeia, o Reino Unido e os EUA reagiram com precaução, felicitando Morgan Tsvangirai, mas ao mesmo tempo pedindo provas do empenho do novo governo em resgatar o Zimbabwe da crise. As Nações Unidas decidiram promover uma missão de análise da situação no país para poder projectar a ajuda a conceder a vários níveis.

O impasse que impediu durante meses a criação do governo de coligação foi desbloqueado quando as duas partes aceitaram partilhar as pastas relacionadas com a polícia e segurança interna. Apesar disto, a cerimónia de tomada de posse de Tsvangirai foi boicotada por algumas personalidades ligadas ao aparelho de segurança de Estado, o que não deixou de levantar dúvidas sobre a real capacidade do novo governo de conseguir trabalhar. Por outro lado, alguns membros do MDC foram presos pouco tempo antes da tomada de posse, como foi o caso do indigitado Vice-ministro da Agricultura, Roy Bennett, antigo agricultor branco e grande crítico de Mugabe.

Este impasse também foi ultrapassado pelo envolvimento no novo governo da terceira força política do país, a facção do MDC de Arthur Mutambara, o qual apesar de apenas ter eleito dez deputados acabou por conseguir ficar com três pastas no novo executivo, Educação, Indústria e Comércio e Integração Regional.



Nasce a “Marca Moçambique”

A grande dúvida é se o Presidente Mugabe e o Primeiro-Ministro Tsvangirai conseguirão de facto trabalhar em conjunto. Este esforço é urgente perante o colapso que o Zimbabwe enfrenta. O país tem uma taxa de inflação na ordem dos 231 milhões %, uma taxa de desemprego de 94%, grande parte da população enfrenta graves carências alimentares e os funcionários públicos têm visto os seus já magros salários serem pagos com atrasos. Isto sem contar com a epidemia de cólera, que já matou mais de três mil pessoas e contaminou mais de 70 mil.

Logo após a sua tomada de posse, Tsvangirai realizou uma visita oficial à África do Sul no intuito de obter apoios deste país para recuperar a economia zimbabweana. Para as autoridades de Harare, é necessário obter ajuda de emergência para que o Governo consiga pôr os serviços públicos a trabalhar, nomeadamente conseguir reabrir as escolas e os centros de saúde através do pagamento dos salários em atraso dos funcionários públicos.

Tsvangirai tentou obter, em primeiro lugar, esta ajuda de emergência através dos doadores ocidentais, mas este pedido teve pouca receptividade. Tal situação ficou a dever-se às dúvidas que ainda existem à volta das reais intenções de Mugabe e dos seus apoiantes. Muitos países aceitam continuar a financiar programas de ajuda humanitária, mas não vão ajudar o governo ou iniciar novos programas de ajuda ao desenvolvimento até que a situação em termos de direitos humanos esteja normalizada e haja um acordo sobre os parâmetros de uma política macroeconómica.

O apoio que a África do Sul está disposta a prestar vai ser canalizada através de uma iniciativa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), embora a maioria dos fundos deverão vir da África do Sul. A questão do apoio ao Zimbabwe não é um assunto pacífico na sociedade sul-africana, a qual para além das elevadas taxas de desemprego, tem que enfrentar a presença de mais de três milhões de zimbabweanos que concorrem directamente com os sul-africanos no acesso ao emprego. Para além disto, o pedido de ajuda zimbabweano ocorre num momento que a África do Sul se aproxima de umas eleições gerais que serão particularmente concorridas.

Com vista a aumentar as receitas provenientes do turismo, o Governo Moçambicano lançou uma forte campanha destinada a promover Moçambique como destino turístico de eleição. O objectivo é alcançar os 4 milhões de turistas em 2020. Este objectivo foi reiterado por ocasião do lançamento, em Fevereiro, da ‘Marca Moçambique’, destinada à promoção dos recursos e oportunidades turísticas e de investimento do país. A campanha de promoção turística terá como alvos preferenciais os mercados sul-africano, alemão, português, britânico e português.



Segundo as autoridades moçambicanas, o logótipo escolhido para esta campanha, uma espiral retalhada por várias cores, significa a expressão natural de um território único. O seu cromatismo representa o que de melhor há em Moçambique. Desde o azul dos mares quentes dos seus mais de 2.500 quilómetros de costa, passando pelo verde da sua natureza bruta e pelo amarelo do sol, do calor e do tropicalismo, até ao vermelho que simboliza a riqueza da terra e a cordialidade e hospitalidade do povo que nela habita.

Desde o fim da Guerra Civil, Moçambique tem vindo a recuperar as suas infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias e aeroportuárias. As enormes potencialidades turísticas do país, derivadas das paisagens, praias e vida selvagem, são os elementos centrais da estratégia de promoção da “Marca Mozambique”.

O sector do turismo em Moçambique já tem, hoje em dia, algumas ofertas conhecidas a nível mundial. Uma dessas ofertas é o Parque Nacional da Gorongosa, situado na província de Sofala, o qual foi uma referência no continente africano durante a época colonial devido à diversidade da vida animal que albergava. A guerra civil que afectou o país teve efeitos muito negativos no Parque, com grande parte dos animais a serem mortos.



Através do apoio da Fundação Carr, que assinou com o Governo Moçambicano um acordo para a gestão conjunta do Parque nos próximos 20 anos, o esforço de recuperação iniciou-se. A estratégia da Fundação Carr é o de promover a recuperação do Parque através de uma aposta no ecoturismo e no envolvimento das populações locais. Face às carências das populações é necessário envolvê-las na recuperação do parque, respeitando quer o meio ambiente quer salvaguardando os animais que, pouco a pouco, vão chegando ao Parque.

A Fundação Carr conta com o apoio de vários doadores internacionais para levar a cabo este seu objectivo, destacando-se o apoio concedido pela cooperação norte-americana, a USAID e pela Cooperação Portuguesa através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

As tarefas necessárias à reabilitação do Parque da Gorongosa, são bastantes, tendo em atenção que esta zona foi palco de frequentes combates entre as forças em confronto na guerra civil moçambicana. Nesse sentido, foi necessário, desde logo, limpar a zona de minas deixadas durante o conflito. Depois foi necessário recuperar as infra-estruturas que permitam o regresso e acomodação dos turistas. Em paralelo a tudo isto foi necessário iniciar um forte investimento no regresso dos animais selvagens. Este último desafio será um processo gradual e necessariamente dispendioso.

Segundo as últimas estatísticas existentes da época colonial, o Parque Nacional da Gorongosa possuía, em 1972, cerca de 37 mil animais, dos quais quase 35 mil terão sido mortos durante a guerra civil. Os animais mais apreciados na vida selvagem, leões, elefantes, rinocerontes, hipopótamos e leopardos foram praticamente todos eliminados. Pouco a pouco, a Fundação Carr tem vindo a reintroduzir estes e outros animais no Parque, procurando fazê-lo de uma maneira gradual e envolvendo a população local neste processo.

Sendo o Parque Nacional da Gorongosa o mais conhecido, não é o único em Moçambique, existindo uma oferta cada vez mais diversificada nesta área, destacando-se, por exemplo, o Parque de Elefantes de Maputo e o Parque Nacional de Marromeu.

Para além da vida selvagem, Moçambique tem enormes potencialidades turísticas devido às suas praias, quer na zona continental, quer em diversas ilhas. Nesse sentido, são cada vez maiores as ofertas em zonas como o Arquipélago das Quirimbas, na província de Pemba, que

possui 32 ilhas que ressaltam pela beleza das suas praias e importância histórica.

A província de Inhambane também se tem vindo a destacar pela qualidade das suas praias, especialmente apreciadas pelos amantes do mergulho. Nesse sentido, têm vindo a nascer inúmeros empreendimentos turísticos nas praias desta província.

Para além da oferta associada à natureza, Moçambique associa também a possibilidade de desenvolver o turismo cultural, cujo expoente máximo se encontra na Ilha de Moçambique. Esta zona, situada na província de Nampula, obteve da UNESCO em 1991 o estatuto de Património da Humanidade. Ao seu património histórico associa-se a beleza natural.

Quando Vasco da Gama, na sua viagem para Índia, parou na Ilha de Moçambique, a 2 de Março de 1498, apercebeu-se logo da importância geoestratégica desta zona. Já nessa altura a ilha era um rentável entreposto de trocas comerciais. Com a instalação dos portugueses na costa moçambicana, a Ilha subiu de importância, não só pela sua posição, mas também pelo apoio dado ao comércio de escravos.

Em 1583, ficou concluída a fortaleza de S. Sebastião, estabelecendo-se na ilha a capital da província de Moçambique. A partir da segunda metade do século XIX, a Ilha de Moçambique começou a perder importância. Quelimane ultrapassa-a no tráfico de escravos. Depois, com a extinção deste tráfico e com o aumento das transacções comerciais com o Transvaal, na África do Sul, Lourenço Marques, passou a ser, em 1898, a capital da Província de Moçambique. A ilha sofreria ainda um segundo revés em 1935 com a transferência da capital provincial para a nova cidade de Nampula.

As dificuldades que Moçambique enfrentou durante a guerra civil, levaram a que milhares de moçambicanos procurassem refúgio na Ilha, a qual enfrenta hoje em dia um claro excesso populacional, cujo número rondará, hoje em dia, as 17 mil pessoas.

Este excesso populacional tem graves consequências ao nível do saneamento básico e na falta de actividades profissionais para a população local. Vários têm sido os apoios, nacionais e internacionais, que têm surgido para apoiar a recuperação da Ilha. Porém, acções descoordenadas e nem sempre bem orientadas para a preservação do património, não têm conseguido parar a degradação da Ilha.



Morte de Nino Viera

Para fazer face a esta situação, Portugal, especialmente interessado em apoiar a recuperação de um património comum com Moçambique, apoiou a elaboração de um Plano Director para a Ilha de Moçambique. Este Plano, para além de fazer um diagnóstico muito exaustivo da situação da Ilha a todos os níveis, apresenta uma proposta de intervenção coordenada para a recuperação da Ilha, em que o património histórico e o turismo serão as forças motrizes. Este Plano, apresentado oficialmente a 19 de Fevereiro de 2009, deverá ser posto em prática pelas autoridades moçambicanas com o apoio de doadores, nacionais e internacionais.

Neste momento, está em curso na Ilha de Moçambique a recuperação da Fortaleza de São Sebastião, a qual conta com o apoio da UNESCO, da UCCLA, da Cooperação Japonesa e da Cooperação Portuguesa.

Segundo o Ministro do Turismo de Moçambique, Fernando Sumbana, o objectivo desta campanha de promoção de turismo não se limita a atracção de mais turistas, uma vez que pretende atrair igualmente investimentos, nacionais e internacionais, para a criação de mais infra-estruturas destinadas ao turismo, as quais serão geradoras de mais emprego.

De acordo com os dados do Ministério do Turismo de Moçambique, o turismo representa na actualidade 180 milhões de USD para a economia nacional. O objectivo é o de conseguir um crescimento anual à volta dos 6%, prevendo-se duplicar em cinco anos a actual oferta de 17.000 camas, criando-se para tal mais 20.000 postos de trabalho.

Paralelamente à apresentação da "Marca Mozambique", as autoridades moçambicanas apresentaram igualmente um novo mapa geo-turístico consagrado à região Norte do país, nomeadamente às províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Este tipo de mapa, o primeiro do género em África, contou com a colaboração da instituição norte-americana National Geographic especialista neste tipo de cartografia.



Em atentados separados, mas interligados, foram mortos, no dia 1 de Março, o Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo "Nino Viera", e o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas guineenses, o General Batista Tagmé Na Waié. Estas mortes foram o culminar de uma rivalidade entre ambos que durava já há muitos anos.

General morreu num atentado à bomba contra as instalações do Estado-Maior em Bissau, acção que fez vários mortos e feridos e que destruiu parcialmente o edifício. O profissionalismo e complexidade do ataque, algo inédito na Guiné e que ultrapassa as capacidades das forças armadas locais, sugere a ajuda exterior, nomeadamente de elementos ligados às redes de narcotráfico sul-americanas. Esta acção terá sido levada a cabo por homens próximos do Presidente Nino Viera. Horas depois, forças leais ao General Tagmé Na Waié atacaram a casa do Presidente acabando por o matar quando tentava fugir.

Esta crise na Guiné surgiu poucos meses depois de uma tentativa falhada de matar o Presidente Nino Viera, a 23 de Novembro de 2008, e cujos autores não eram conhecidos até agora. Pouco tempo depois da morte de Nino Viera, homens leais ao General Tagmé atacaram as instalações da Polícia Judiciária em Bissau e libertaram os autores do atentado contra o Presidente.

Após estes acontecimentos em Bissau, o país e a Comunidade Internacional temeram o agravamento da situação que pudesse, inclusive conduzir a um conflito armado. De modo a afastar estes receios, um Comité Militar, formado logo após os atentados, garantiu que o país não estava a assistir a um Golpe de Estado. O porta-voz deste Comité, o Capitão-de-Fragata Zamora Induta (antigo Ministro da Defesa), explicou que os militares respeitarão a ordem constitucional e continuavam submetidos ao poder civil.

A rivalidade entre o General Tagmé e o Presidente era muito antiga. Tagmé chegou a afirmar que os dois homens "estavam unidos para tudo, para a vida e para a morte". Ambos estiveram no centro da instabilidade política e militar na qual o país tem vivido na última década. Desde o conflito militar de 1999, que levou ao derrube de Nino Viera e à intervenção das tropas do Senegal e da Guiné-Conacry no país, a instabilidade tem sido uma constante. Esta situação traduziu-se num constante acerto de contas que levou à eliminação física de vários protagonistas destas crises. Nesse sentido, os antecessores do General Tagmé na Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, o General Ansumane Mané e o General Veríssimo Seabra, foram ambos igualmente assassinados.

Nino Viera foi uma figura fundamental na história recente da Guiné-Bissau. Comandante respeitado durante a luta de libertação, foi ele quem, em nome do PAIGC anunciou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 1973. Após as negociações com Portugal, Nino Viera integrou o primeiro executivo guineense independente.

Em 1980 assumiu o controlo do país pós o golpe que derrubou o Presidente Luís Cabral. Desde essa altura Nino foi a figura central na vida política do país, conseguindo sobreviver a várias intencões. Em 1999 foi derrubado pelas forças do general Ansumane Mané após uma curta Guerra civil. Exilado em Portugal, decidiu regressar ao país em 2005 para vencer, como candidato independente, as eleições presidenciais de Julho.

O duplo assassinio agora registado, para além de um velho ajuste de contas, deve ser igualmente interpretado à luz de interesses relacionados com o narcotráfico. Nino Viera viu o seu poder ser enfraquecido quando perdeu, em Dezembro de 2008, um dos seus grandes apoios na região, o Presidente Lansana Conte da Guiné Conacry que faleceu no fim do ano. Paralelamente, o facto do Presidente ter visto a sua guarda pessoal desarmada e substituída por elementos indicados pelas Chefias Militares também foi entendido como um sinal de enfraquecimento.

Face à situação criada pelo atentado ao Presidente, o Governo Guineense, liderado por Carlos Gomes Júnior, assegurou a manutenção da ordem constitucional. Nesse sentido, a Presidência da República será assegurada interinamente pelo até agora Presidente da Assembleia Nacional Popular, Raimundo Pereira. Figura muito próxima do actual Primeiro-Ministro, Raimundo Pereira já desempenhou vários cargos no país, nomeadamente o de Ministro da Justiça.

A Comunidade Internacional reagiu com profundo desagrado a mais este capítulo violento na história da Guiné-Bissau. Este sentimento, especialmente manifestado pelos países africanos e europeus, resulta igualmente da constatação que os esforços em curso para a reforma do sector da segurança e defesa no país não estão a resultar. Embora já se tenha identificado, há muito tempo, que uma das principais razões da instabilidade no país é a forte presença dos militares na vida política guineense, a verdade é que as soluções experimentadas para a sua resolução ainda não deram frutos.

A CPLP, sob presidência portuguesa, foi das Organizações Internacionais que reagiu mais depressa. Depois de uma reunião de urgência, decidiu enviar uma Missão de urgência a Bissau para poder analisar a situação no terreno e ouvir os principais actores guineenses. Por outro lado, a CPLP manifestou a intenção de agir e mobilizar outros actores multilaterais, como a União Europeia, a União Africana e a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) no sentido de garantir a estabilidade na Guiné e mobilizar apoios para o Governo de Carlos Gomes Júnior. Nesse sentido, foi enviada uma Missão conjunta da CPLP e da CEDEAO, chefiada pelo Secretário-Executivo da CPLP, o guineense Domingos Simões Pereira, e pelo Presidente da Comissão da CEDEAO, Mohamed Ibn Chambas. Integraram o grupo os chefes das diplomacias de Cabo Verde, do Burkina Faso, da Gâmbia, da Nigéria e do Senegal, e o Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho.

Segundo a Constituição Guineense, perante a situação que o país está a viver, dever-se-ão realizar eleições presidenciais no prazo de dois meses. Porém, face a actual situação que o país vive, este prazo poderá ser curto. Como eventuais sucessores de Nino Viera, surgem, desde logo, os nomes de Koumba Ialá, Malan Bacai Sanha, figura histórica do PAIGC e antigo Presidente da Assembleia Nacional Popular.

Porém, o nome que congrega maiores apoios é o de Henrique Rosa, Presidente interino do país entre 2003 a 2005. O ex-Presidente, agora empresário, é um dos políticos mais respeitados da Guiné-Bissau. Para além do prestígio interno, Henrique Rosa goza igualmente de uma excelente imagem a nível internacional, prova disso foi o facto da França o ter condecorado com a Legião de Honra pelo o trabalho desempenhado à frente da Presidência da República.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@fpportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05